



PMEPC 2010

MUNICÍPIO DA LOUSÃ

MARÇO DE 2011

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL



PMEPC 2011

MUNICÍPIO DA LOUSÃ

MARÇO DE 2011

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL

FICHA TÉCNICA

Realização



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea
3049- 530 Coimbra



Câmara Municipal da Lousã

Rua Dr. João Santos
3200-953 Lousã



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Coordenação

A. M. Rochette Cordeiro

Análise/Diagnóstico

André Paciência
António Ferreira
Daniel Neves
Rui Leitão

Análise de Riscos

Fábio Cunha
Fernando Almeida

Criação de Cenários

Carlos Antunes
Hugo Rolão

Cartografia

Daniel Costa
Gonçalo Carvalho
Luís Fernandes

Caracterização Demográfica

Rui Gama (Coord.)
Ângela Freitas
Marta Amado
Liliana Paredes
Lúcia Costa
Lúcia Santos
Sandra Coelho

Plataforma de Suporte

Paulo Caridade (Coord.)
Fernando Mendes
Nuno Redinha

Levantamento de Campo

João Nuno Nogueira
Marlene Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ

Presidente da Câmara Municipal

Fernando dos Santos Carvalho

Vereador da Protecção Civil

Ricardo Emanuel Fernandes

Gabinete de Protecção Civil

José Parola Gonçalves

Agradecimentos

Bombeiros Municipais da Lousã
Bombeiros Voluntários de Serpins
GNR – Destacamento Territorial da Lousã
GIPS – Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro
Centro de Saúde da Lousã
AFLOPINHAL – Associação Florestal do Pinhal
Baldios da Freguesia de Vilarinho

Baldios da Freguesia da Lousã
Juntas de Freguesia
Agrupamentos de Escolas
Instituições Particulares de Solidariedade Social do Município
Empresas Privadas do Município
Agrupamento nº656 do Corpo Nacional de Escutas

Índice Geral

PARTE I - ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	1
1. Introdução.....	3
2. Âmbito de Aplicação	3
3. Objectivos Gerais.....	5
4. Enquadramento Legal.....	5
5. Antecedentes do Processo de Planeamento.....	6
6. Articulação com Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	6
7. Activação do Plano	7
7.1. Competências para Activação do Plano.....	7
7.2. Critérios para Activação do Plano	8
8. Programa de Exercícios	8
PARTE II - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	9
1. Conceito de Actuação	11
2. Execução do Plano.....	18
2.1. Fase de Emergência	18
2.2. Fase de Reabilitação	19
3. Articulação e Actuação de Agentes, Organismos e Entidades.....	20
3.1. Missão dos Agentes de Protecção Civil.....	21
3.2. Missão dos Organismos e Entidades de Apoio	24
3.3. Missão das Estruturas Autárquicas	26
PARTE III - ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	29
1. Administração de Meios e Recursos.....	31
2. Logística	32
2.1. Organização Logística	32
2.2. Responsabilidades Específicas nas Operações Logísticas.....	33
2.3. Instruções de Coordenação.....	33
2.4. Actualização.....	34
2.5. Apoio Logístico às Forças de Intervenção	35
2.6. Apoio Logístico às Populações.....	36
2.7. Fluxograma dos Procedimentos de Logística em Emergência.....	38
3. Comunicações.....	39
3.1. Organização das Comunicações	39
3.2. Responsabilidades Específicas	41
3.3. Instruções de Coordenação.....	41
3.4. Actualização.....	42
3.5. Organograma das Comunicações	42
3.6. Organograma de Redes.....	44
4. Gestão da Informação.....	45
4.1. Organização.....	48
4.2. Instruções de Coordenação.....	49
4.3. Actualização.....	49
4.4. Organograma da Gestão da Informação.....	49
5. Procedimentos de Evacuação.....	51
5.1. Responsabilidades Específicas	54
5.2. Actualização.....	54

6. Manutenção da Ordem Pública.....	55
6.1. Instruções de Coordenação.....	55
6.2. Actualização.....	56
7. Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas	56
8. Socorro e Salvamento.....	57
8.1. Instruções de Coordenação.....	58
9. Serviços Mortuários.....	61
9.1. Responsabilidades Específicas	63
9.2. Actualização.....	63
10. Protocolos	64

PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR..... 65

Secção I.....	67
1. Organização da Protecção Civil em Portugal	67
1.1. Estrutura da Protecção Civil.....	67
1.2. Estrutura das Operações	71
2. Mecanismos e Estrutura da Protecção Civil.....	74
2.1. Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil	74
2.2. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta	76
2.3. Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso.....	77
Secção II.....	83
1. Caracterização Geral	83
2. Caracterização Física.....	83
3. Caracterização Sócio-económica.....	91
Caracterização da habitação	99
4. Caracterização das Infra-estruturas.....	100
5. Caracterização do Risco.....	105
5.1. Análise dos Riscos mais Relevantes	130
5.1.1. Risco de Incêndio Florestal.....	130
5.1.2. Risco de Vaga de Frio.....	132
5.1.3. Risco de Movimentos em Massa.....	134
5.1.4. Risco de Cheia e Inundação.....	136
5.2. Análise da Vulnerabilidade.....	137
5.2.1. Incêndios Florestais.....	137
5.2.2. Vagas de Frio	142
5.2.3. Movimentos em Massa	144
5.2.4. Cheias e Inundações	145
5.3. Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco	147
5.3.1. Risco de Incêndio Florestal.....	147
5.3.2. Risco de Vagas de Frio	149
5.3.3. Risco de Movimentos em Massa.....	150
5.1.4. Risco de Cheias e Inundações.....	150
5.3.5. Outras Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco	151
5.3.6. Sistema de Gestão de Emergência e Risco (SiGER)	152
6. Cenários	155
6.1. Cenário Hipotético de Incêndio Florestal.....	155
6.2. Cenário Hipotético de Vaga de Frio.....	162
6.3. Cenário Hipotético de Deslizamento.....	168
6.4. Cenário Hipotético de Cheia ou Inundação	172
7. Cartografia	177

Secção III	178
1. Inventário de Meios e Recursos	178
1.1. Base de dados de meios e recursos	178
1.2. Equipamentos de Entidades Públicas e Instituições de Utilidade Pública	179
1.3. Equipamentos de Entidades Privadas	180
1.4. Locais de reunião de mortos e morgues provisórias	181
1.5. Locais para armazenamento de emergência	181
1.6. Locais de acolhimento provisório em alojamento turístico	182
1.7. Centros de acolhimento provisório	182
2. Lista de Contactos	183
3. Modelos de Relatórios e Requisições	186
3.1. Tipos de Relatório	186
3.1.1. Relatórios Imediatos de Situação	186
3.1.2. Relatórios de Situação Geral	187
3.1.3. Relatórios de Situação Especial	190
3.2. Modelos de Requisição	192
4. Modelos de Comunicados	193
5. Lista de Controlo de Actualização do Plano	194
6. Lista de Registo de Exercícios do Plano	194
7. Lista de Distribuição do Plano	195
8. Legislação	196
9. Bibliografia	198
10. Glossário	199
Siglas	201
Índice de Figuras	203
Índice de Quadros	205
ANEXOS	206

PARTE IV

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Secção I

I. Organização da Protecção Civil em Portugal

I.1. Estrutura da Protecção Civil

De acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil n.º 27/2006, de 3 de Julho, define a protecção civil como a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A actividade de Protecção Civil tem carácter permanente, multidisciplinar e pluri-sectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores. Os objectivos fundamentais e domínios da protecção civil municipal são (Quadro 21):

Quadro 21 - Objectivos e Domínios da Protecção Civil Municipal.

OBJECTIVOS N.º 1, do artigo 2.º da Lei 65/2007	DOMINIOS N.º 2, do artigo 2.º da Lei 65/2007
<p>Prevenir no território municipal os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou catástrofe deles resultantes;</p> <p>Atenuar na área do município os riscos colectivos e limitar os seus efeitos;</p> <p>Socorrer e assistir no território municipal as pessoas e outros seres vivos em perigo e proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;</p> <p>Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas nas áreas do município afectadas por acidente grave ou catástrofe.</p>	<p>Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos colectivos do município;</p> <p>Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;</p> <p>Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades;</p> <p>Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município e inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;</p> <p>Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção, bem como a previsão e planeamento de acções relativas à eventualidade de isolamento de áreas afectadas por riscos no território municipal.</p>

A Lei de Bases da Protecção Civil n.º 27/2006 tem como principal objectivo reorganizar a estrutura de protecção civil a nível nacional, distrital e municipal, de modo a garantir que as diferentes entidades com responsabilidades no âmbito da protecção civil actuam de forma articulada. A Figura 16 representa esquematicamente a estrutura nacional de protecção civil.

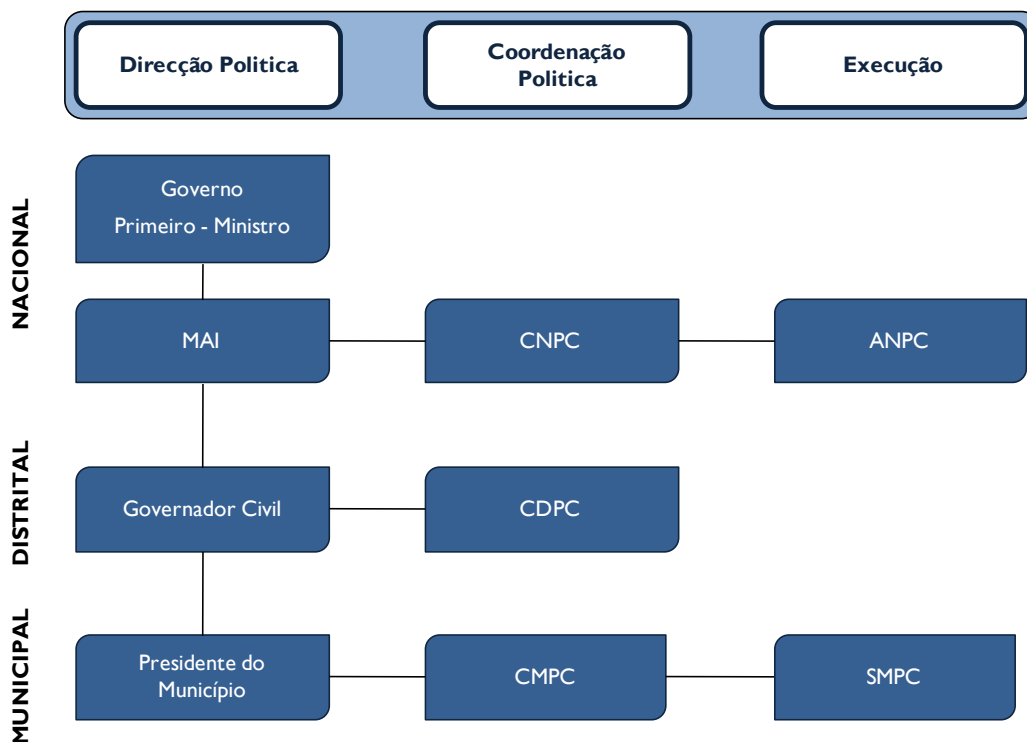


Figura 16 - Estrutura Nacional de Protecção Civil.

A direcção política da Protecção Civil depende dos órgãos institucionais do País. Assim, e de acordo com os artigos 31.º a 35.º do mesmo diploma:

- **Assembleia da República** - contribui, pelo exercício da sua competência política, legislativa, para enquadrar a política de Protecção Civil e para fiscalizar a sua execução.
- **Governo** - é da sua competência conduzir a política de Protecção Civil do Governo, pelo que inscreve as principais orientações a adaptar ou a propor neste domínio, no respectivo Programa. Ao Governo compete ainda informar periodicamente a Assembleia da República sobre a situação do País, no que concerne à Protecção Civil, bem como sobre a actividade dos organismos e serviços por ela responsáveis.
- **Conselho de Ministros** - compete, entre outras acções, definir as linhas gerais da política governamental de Protecção Civil, bem como a sua execução; programar e assegurar os meios destinados à execução da política de Protecção Civil; declarar a situação de calamidade.
- **Primeiro-Ministro** - dirige a política de Protecção Civil competindo-lhe, designadamente, coordenar e orientar a acção dos membros do Governo nos assuntos relacionados com a

Protecção Civil e garantir o cumprimento das competências previstas para o Governo e o Conselho de Ministros. O Primeiro-Ministro pode delegar as competências referidas no Ministro da Administração Interna.

- **Ministro da Administração Interna** – compete declarar a situação de alerta ou contingência para a totalidade ou parte do território nacional; Declarar, através de despacho conjunto com o Primeiro-Ministro, a situação de calamidade; Requisitar bens ou serviços por despacho conjunto com o Ministro das Finanças; Presidir à Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC)
- **Governador Civil** - Compete ao Governador Civil no exercício de funções de responsável distrital da política de Protecção Civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de Protecção Civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso. O Governador Civil é apoiado pelo Comando Distrital de Operações de Socorro e pelos restantes agentes de Protecção Civil de âmbito distrital.
- **Presidente da Câmara Municipal** - Compete-lhe, no exercício de funções de responsável municipal pela política de Protecção Civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de Protecção Civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

Saliente-se que o Presidente do Município é apoiado pelo Comandante Operacional Municipal (COM), pelo Serviço Municipal de Protecção Civil e pelos restantes serviços, agentes, forças e organismos e entidades de apoio de Protecção Civil, de âmbito municipal.

Quadro 22 - Órgãos de Coordenação Política da Protecção Civil.

Nível	Comissão Nacional de Protecção Civil	Comissão Distrital de Protecção Civil	Comissão Municipal de Protecção Civil
Convocação	Ministro da Administração Interna	Governador Civil	Presidente da Câmara Municipal
Composição	<p>Integram a CNPC os delegados de ministérios ligados à actividade de protecção civil, o presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil e representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Associação Nacional de Freguesias, Liga dos Bombeiros Portugueses e Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.</p>	<p>Integram a CDPC o Comandante Operacional Distrital, as entidades dos serviços centralizados dos ministérios com responsabilidades de protecção civil, responsáveis máximos pelas forças e serviços de segurança existentes no distrito, um representante do INEM, três representantes dos municípios do distrito designados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais.</p>	<p>Integram a CMPC o Presidente da Câmara Municipal, o Comandante Operacional Municipal, um elemento de cada força de segurança e corpo de bombeiros existentes no município, a autoridade de saúde do município, o dirigente máximo da unidade de saúde local, um representante dos serviços de segurança social e solidariedade e representantes de outras entidades que poderão contribuir em acções de protecção civil.</p>
Competências	<p>Definir os critérios e normas técnicas sobre a elaboração dos Planos de Emergência de Protecção Civil. Apreciar os Planos de Emergência de âmbito Nacional, Distrital e Municipal;</p> <p>Dar parecer sobre os Planos de Emergência elaborados pelos Governos das Regiões Autónomas;</p> <p>Desencadear as acções previstas nos Planos de Emergência e assegurar a conduta das operações de Protecção Civil deles decorrentes.</p>	<p>Accionar a elaboração, acompanhar a execução e remeter para aprovação pela CNPC os Planos de Emergência de Protecção Civil;</p> <p>Determinar o accionamento dos Planos, quando tal se justifique.</p>	<p>Accionar a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, acompanhar a sua execução e remetê-lo para aprovação pela CNPC.</p> <p>Determinar o accionamento dos Planos, quando tal se justifique.</p>

Quadro 23 - Responsabilidades dos órgãos de execução.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

É um serviço central de natureza operacional, da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, na dependência do membro do governo responsável pela área da administração interna.

Tem por missão planear, coordenar e executar a política de protecção civil, designadamente na prevenção e reacção a acidentes graves e catástrofes, de protecção e socorro e de superintendência da actividade dos bombeiros, sendo dirigida por um presidente, coadjuvado por três directores nacionais.

GABINETE DE PROTECÇÃO CIVIL

No caso da Lousã, o Gabinete de Protecção Civil tem por responsabilidade a prossecução das actividades de protecção civil no âmbito municipal, nomeadamente, elaborar o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, inventariar e actualizar permanentemente os meios e recursos existentes no município, planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência, promover campanhas de informação e sensibilização e colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros.

O Gabinete de Protecção Civil (GPC) é dirigido pelo presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação de funções em vereador por si designado.

1.2. Estrutura das Operações

O Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, define o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS) a nível nacional. Ao nível do Município da Lousã, as intervenções foram estruturadas de acordo com a legislação em vigor, quanto à coordenação, regras, procedimentos e funções, de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob o comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

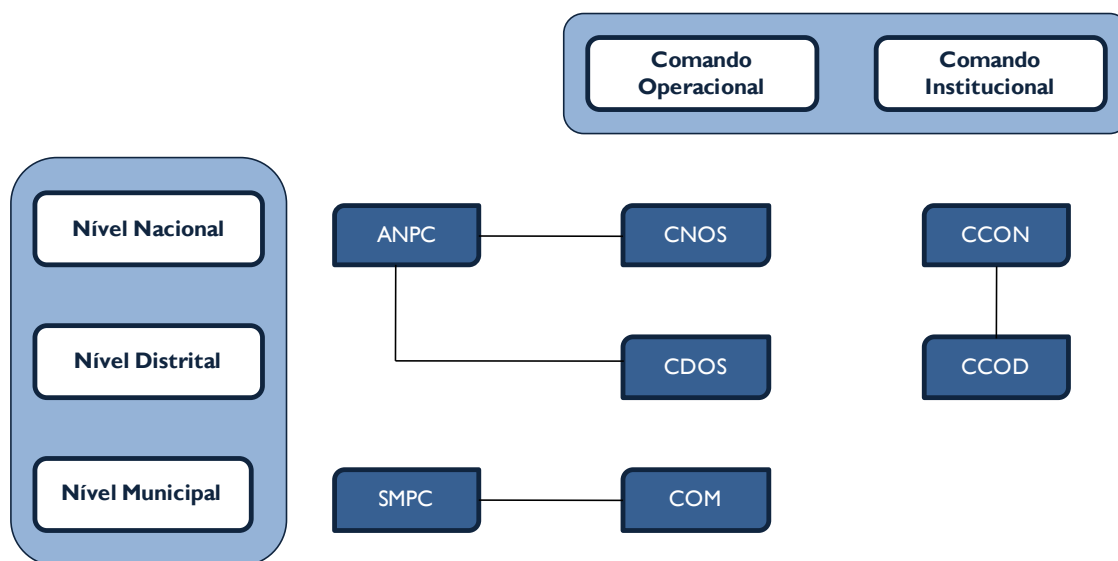


Figura 17 - Estrutura das Operações de Protecção Civil, conforme Lei 65/2007 e DL 134/2006.

O SIOPS visa responder a situações de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, assente no princípio de comando único, em estruturas de coordenação institucional, onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves ou catástrofes, e em estruturas de comando operacional que, no âmbito das competências atribuídas à Autoridade Nacional de Protecção Civil, agem perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio.

Ao nível do Município da Lousã, as intervenções foram estruturadas de acordo com a legislação em vigor, quanto à coordenação, regras, procedimentos e funções, conforme está explícito na Parte II do presente Plano.

A Directiva Operacional n.º 1/2010 da ANPC indica que a Comissão Municipal de Protecção Civil assume, para além da coordenação política da actividade de protecção civil de nível municipal, o papel de coordenação institucional na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Saliente-se que é competência da Comissão Municipal de Protecção Civil “gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear”.

No que respeita à Autoridade Nacional de Protecção Civil, esta dispõe de uma estrutura operacional própria, (Quadro 24) assente em comandos operacionais de socorro de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros.

Quadro 24 - Estrutura Operacional da ANPC assente em Comandos Operacionais de Socorro.

Comando de Operações de Socorro		
CNOS	CDOS	COM
Tem por missão garantir a operacionalidade e articulação de todos os agentes de protecção civil que integram o SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção e coordenar operacionalmente os Comandos Distritais de Operações de Socorro.	Tem como competências fundamentais no âmbito do SIOPS assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital, e apoiar técnica e operacionalmente os Governadores Cívicos e as Comissões Distritais de Protecção Civil.	Tem por missão assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no PMEPC, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros. O COM mantém permanentemente ligação de articulação com o Comandante Operacional Distrital.

A Figura 18 representa esquematicamente a interligação entre a estrutura de protecção civil e a estrutura do SIOPS.

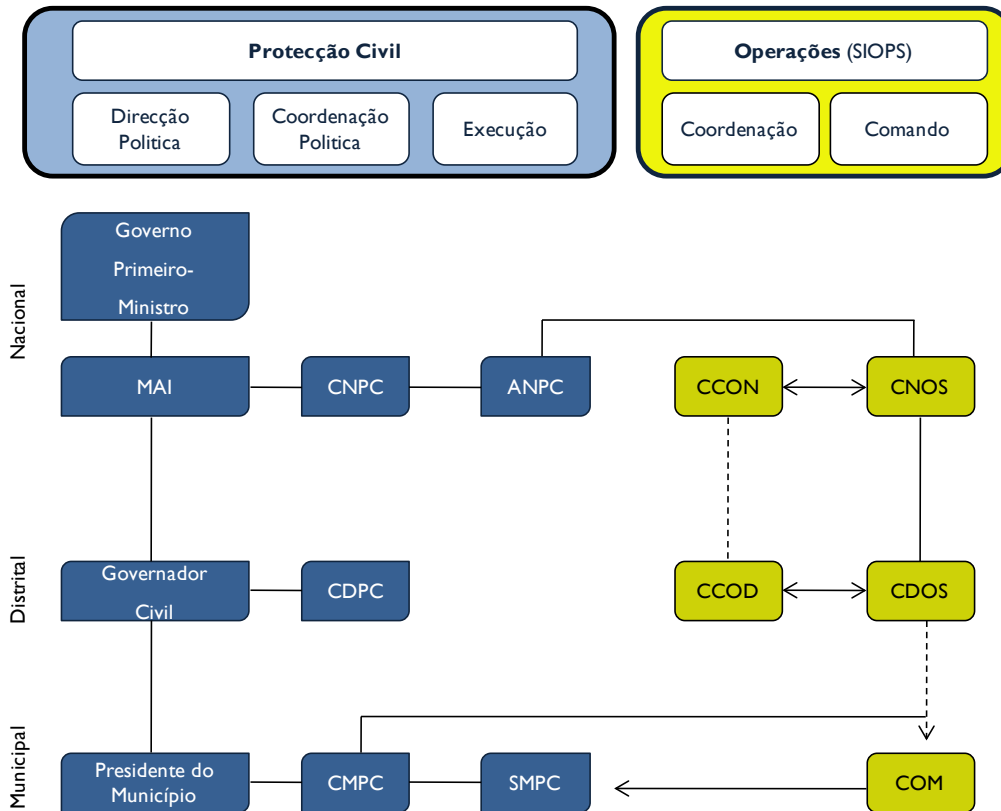


Figura 18 - Articulação da Estrutura de Protecção Civil com o SIOPS (DL 134/2006).

2. Mecanismos e Estrutura da Protecção Civil

2.1. Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, define o enquadramento institucional e operacional da Protecção Civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos Serviços Municipais de Protecção Civil e determina as competências do Comandante Operacional Municipal, dedica o art.º 3.º a especificar a existência, funcionamento, funções, composição e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil, cujo conteúdo cabe reproduzir no presente regimento. Estabelece ainda que cabe ao Presidente da Câmara Municipal convocar e presidir à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC), bem como nomear os elementos não obrigatórios. Pelo exposto, entendeu-se reunir num mesmo documento todas as regras e disposições acima referidas, para facultar aos elementos da CMPC, no sentido de clarificar, facilitar e agilizar o funcionamento e procedimentos.

A Comissão Municipal de Protecção Civil da Lousã é uma entidade de âmbito municipal, com funções de articulação e de cooperação operacional, tendo como objectivo assegurar que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulem entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

O correcto funcionamento da CMPC da Lousã passará pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades e instituições de âmbito municipal que a compõem e, necessariamente, pela realização frequente de reuniões que permitam àquelas entidades acompanhar de perto o evoluir das operações e definir estratégias conjuntas de acção. A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a CMPC de cada uma das entidades que têm a seu cargo acções definidas no PMEPC, assim como a apresentação e discussão de propostas.

Neste sentido, dada a importância que apresenta a criação de condições que permitam a comunicação regular entre as entidades com responsabilidades nas operações de protecção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe, definiu-se que a CMPC da Lousã se reunirá ordinariamente uma vez por semestre, por convocação do Presidente da Câmara Municipal, de modo a garantir o acompanhamento da execução das acções previstas no PMEPC bem como a sua monitorização. Extraordinariamente, caso por algum motivo o Presidente se encontre impossibilitado de exercer as suas funções estas serão assumidas pelo:

- Vice-Presidente da Câmara Municipal como substituto legal do Presidente;
- Comandante Operacional Municipal (COM), no caso do Presidente da Câmara Municipal e do seu substituto legal se encontrarem impedidos, indisponíveis ou incontactáveis;
- Um terço dos membros da CMPC caso os anteriores se encontrem impedidos, indisponíveis ou incontactáveis

A convocação da CMPC é feita por escrito com pelo menos 10 dias de antecedência em situação excepcional em caso de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes deve ser realizada através de contacto telefónico para todos os membros da CMPC.

Conforme disposto no número 3, do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, as competências da CMPC (Quadro 25) são as atribuídas por Lei às Comissões Distritais de Protecção Civil que se revelem adequadas à realidade e dimensão do Município.

Quadro 25 - Composição e Competências da Comissão Municipal de Protecção Civil da Lousã.

Comissão Municipal de Protecção Civil da Lousã	
Composição	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Câmara Municipal da Lousã; • Vereador com delegação de poderes na área da Protecção Civil da Câmara Municipal da Lousã; • Coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil; • Comandante Operacional Municipal; • Comandante dos Bombeiros Municipais da Lousã; • Comandante dos Bombeiros Voluntários de Serpins; • Comandante do Posto Territorial da GNR da Lousã; • Director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I; • Director dos Hospitais da Universidade de Coimbra; • Representante da Autoridade de Saúde da Lousã; • Representante do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra – Delegação da Lousã; • Presidentes dos Agrupamentos das Escolas da Lousã; • Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Lousã; • Representante da Associação Florestal do Pinhal – Aflopinhal; • Representante da GNR – GIPS.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> • Accionar a elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, acompanhar a sua execução e remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil; • Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; • Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique; • Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil; • Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

2.2. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta

A declaração da situação de alerta é um mecanismo à disposição da autoridade política de protecção civil municipal que permitem a adopção de medidas preventivas ou reactivas a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe.

Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos actuais ou previsíveis. De acordo com o artigo 3.º, da Lei de Bases da Protecção Civil, (Lei n.º27/2006):

- **Acidente grave** - É um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.
- **Catástrofe** - É o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional.

Os poderes para declarar a situação de alerta encontram-se circunscritos pelo âmbito territorial de competência dos respectivos órgãos (artigo 8º). Assim, cabe ao Presidente da Câmara Municipal da Lousã declarar a situação de alerta de âmbito municipal (artigo 13º), face à ocorrência ou iminência de ocorrência de algum acidente grave onde é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas e/ou medidas especiais de reacção.

Declaração da Situação de Alerta

De acordo com o artigo 13.º, da Lei de Bases da Protecção Civil n.º 27/2006, declara-se alerta quando estamos perante a ocorrência ou iminência de acidente grave ou de catástrofe e é reconhecida a necessidade de adoptar medidas preventivas ou medidas especiais de reacção.

A nível nacional, o Ministro da Administração Interna é quem tem competência para declarar o estado de alerta. Por seu lado, cabe ao Governador Civil a declaração de alerta no todo ou em parte do seu âmbito territorial de competência, precedida da audição, sempre que possível, dos Presidentes de Câmaras Municipais dos municípios abrangidos, sendo da competência do Presidente de Câmara Municipal declarar alerta ao nível municipal.

A declaração de situação de alerta de âmbito municipal não implica necessariamente a activação do PMEPC, sendo a situação inversa igualmente verdadeira, visto que a activação do PMEPC encontra-se tipificada nos critérios para activação do Plano.

O acto de declaração de alerta deve mencionar a natureza do acontecimento que originou a situação declarada, o âmbito temporal e territorial, bem como a Estrutura de Coordenação e Controlo dos meios e recursos a disponibilizar.

Contudo, há um conjunto de procedimentos que devem ser seguidos, após a declaração de situação de alerta (Quadro 26):

Quadro 26 - Procedimentos que devem ser seguidos após a declaração da situação de alerta.

Procedimentos – Declaração da Situação de Alerta
<ul style="list-style-type: none"> • A obrigatoriedade de convocação, dependendo do âmbito, das Comissões Municipais, Distritais ou Nacional de Protecção Civil; • O estabelecimento de procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de protecção civil, assim como dos recursos a utilizar; • O estabelecimento de orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança; • A adopção de medidas preventivas adequadas à ocorrência; • A obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e televisões, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.

2.3. Sistemas de Monitorização, Alerta e Aviso

Os sistemas de monitorização são compostos por um conjunto organizado de recursos humanos e de meios técnicos, que permitem a observação, medição e avaliação contínua do desenvolvimento de um processo ou fenómeno, visando garantir respostas adequadas e oportunas. Neste domínio o Município da Lousã dispõe de um Sistema de Gestão de Emergência e Risco (SiGER), que não é mais que uma inovadora plataforma em Sistemas de Informação Geográfica, capaz de auxiliar a gestão de situações de protecção civil associadas aos diferentes processos que se manifestam no território.

Esta plataforma permite a constante revisão e adaptação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil às realidades em permanente transformação, o que constitui um requisito fundamental para a gestão de operações de protecção civil, possibilitando aos agentes e entidades envolvidas numa ocorrência a execução em pleno as suas missões.

O SiGER surgiu fruto das dificuldades sentidas hoje em dia na gestão de situações de emergência e operações de protecção civil, por desconhecimento ou mesmo por força da falta de acesso à informação (demografia, equipamentos, habitações a evacuar, vulnerabilidades, elementos em risco, entre outros), sendo estes alguns dos problemas colocados diariamente aos Serviços Municipais de Protecção Civil (SMPC).

O SiGER assenta assim num trabalho de inventariação dos elementos e factores associados ao risco e à sua incorporação numa única plataforma, que permita ao decisor uma maior percepção e controlo na gestão das operações, permitindo a qualquer momento criar modelos virtuais de simulação dos efeitos criados pela introdução de novas variáveis no próprio sistema.

Este método de monitorização tem a vantagem de estar disponibilizado na Internet (Web), o que permite a sua utilização em pleno Teatro de Operações (TO). Assim, sempre que é recebido no SMPC

um comunicado de alerta da ANPC/CDOS, são de imediato despoletados sistemas de alerta para uma cadeia de pessoas e entidades já previamente estabelecidas.

A avaliação periódica dos riscos, nomeadamente os riscos de origem natural, tem por base a informação disponibilizada pelos respectivos sistemas de monitorização, permitindo definir o nível de alerta a ser adoptado a nível municipal, distrital ou regional e, conseqüentemente, as medidas de prevenção e de actuação a implementar.

Em função destes avisos serão divulgadas normas de procedimento a adoptar pela população face a situações de perigo e mantida informada, a população da área eventualmente afectada, da iminência, ocorrência ou evolução de uma situação de perigo.

Conforme esquematizado na Figura 19 existem vários sistemas de monitorização:



Figura 19 - Sistemas de Monitorização e Tipos de Alerta.

O Instituto de Meteorologia (IM) mantém e desenvolve sistemas de monitorização, informação e vigilância meteorológica, sismológica e da composição da atmosfera, relativos a situações meteorológicas adversas, através do Sistema de Avisos Meteorológicos, possuindo a exclusividade de emissão de avisos de mau tempo de carácter meteorológico às entidades públicas e privadas, dispondo para o efeito de uma rede de estações meteorológicas e de postos udométricos para monitorização climatológica.

O Sistema de Avisos Meteorológicos tem por objectivo emitir avisos meteorológicos à Autoridade Nacional de Protecção Civil, à Direcção-Geral da Saúde e à população em geral sempre que se preveja ou se observe a ocorrência de fenómenos meteorológicos adversos, que nas próximas 24 horas possam causar danos ou prejuízos a diferentes níveis, dependendo da sua intensidade.

Os avisos são emitidos à escala distrital para diferentes parâmetros meteorológicos, segundo uma tabela de cores, que reflecte o grau de intensidade do fenómeno. As cores dos avisos meteorológicos devem ser interpretadas da seguinte forma (Quadro 27):

Quadro 27 - Avisos emitidos pelo IM.

COR DE AVISO	CONSIDERAÇÕES CONSOANTE A COR DO AVISO
Verde	Não se prevê nenhuma situação meteorológica de risco.
Amarelo	Situação de risco para determinadas actividades dependentes da situação meteorológica. Acompanhar a evolução das condições meteorológicas.
Laranja	Situação meteorológica de risco moderado a elevado. Manter-se ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.
Vermelho	Situação meteorológica de risco extremo. Manter-se regularmente ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.

O Instituto de Meteorologia emite avisos em relação aos seguintes parâmetros: vento forte, precipitação forte, queda de neve, trovoadas, frio, calor, nevoeiro persistente e agitação marítima. Tendo em conta as diferentes características dos fenómenos meteorológicos, incidência e efeitos causados, foram estabelecidos critérios de emissão para cada situação. Caso sejam emitidos para duas ou mais situações meteorológicas distintas, com diferentes níveis de aviso, o distrito aparecerá com a cor referente ao parâmetro que tem o risco mais elevado.

O Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) em parceria com o IM, com a participação da Direcção Geral de Saúde e da Autoridade Nacional de Protecção Civil, sazonalmente (entre 15 de Maio e 30 de Setembro) implementam o sistema de vigilância e monitorização de ondas de calor com potenciais efeitos na saúde humana, designado ÍCARO (Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos) o qual faz parte integrante do Plano de Contingência de Ondas de Calor.

Este sistema é constituído pela previsão dos valores da temperatura máxima a três dias realizada pelo IM e comunicada ao INSA, todas as manhãs. A previsão do excesso de óbitos eventualmente associados às temperaturas previstas, se elevadas, realizada pelo INSA, através de um modelo matemático desenvolvido para esse fim e cálculo do índice ÍCARO, que resume a situação para os três dias seguintes, calculado com base na previsão dos óbitos.

Saliente-se que o objectivo deste índice é reflectir a mortalidade estimada possivelmente associada aos factores climáticos previstos, sendo disponibilizados valores duas vezes por dia, através da edição do boletim ÍCARO, divulgado à ANPC e à Direcção Geral de Saúde.

O Instituto Nacional da Água (INAG) dispõe de um Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH), para apoio às acções de Protecção Civil, o qual é possível aceder em tempo real, a toda a informação pertinente para a gestão das situações previsíveis ou declaradas de cheia. O INAG coordena a gestão da água e, dentro desta, a gestão de cheias apoiada pela informação hidrometeorológica em tempo real e pela capacidade de previsão hidrológica e hidráulica de modelos matemáticos conceptuais.

O Sistema de Vigilância e Alerta de Cheias é um subsistema do sistema de gestão em tempo real de Recursos Hídricos (SVARH) constituído por sensores de teletransmissão, modelos hidrológicos e sistemas informáticos de armazenamento e disseminação de dados, permitindo previsões que possibilitam o estabelecimento de medidas prioritárias para as zonas críticas.

Face aos dados disponibilizados pelos sistemas de monitorização, encontram-se previstos procedimentos de alerta que permitem notificar as autoridades, entidades e organismos da iminência ou ocorrência de acontecimentos susceptíveis de provocar danos em pessoas e bens, estando previstos níveis de alerta correlacionados com os dados monitorizados.

A priorização do alerta encontra-se criteriosamente definida e pode variar consoante a probabilidade e gravidade da ocorrência. Neste contexto a Directiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007, de 16 de Maio, estabelece as regras de referência para a activação do estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), sendo aplicável às organizações integrantes daquele sistema.

No âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência, a organização do SIOPS é flexível e diferenciada, face à tipologia dos sinistros, intensidade das consequências destes, bem como do grau necessário de prontidão e mobilização das estruturas, forças e unidades de protecção e socorro.

O SIOPS organiza-se e funciona de forma distinta, em conformidade com o estado de alerta activado - Estado Normal ou Estado de Alerta Especial (Figura 20).

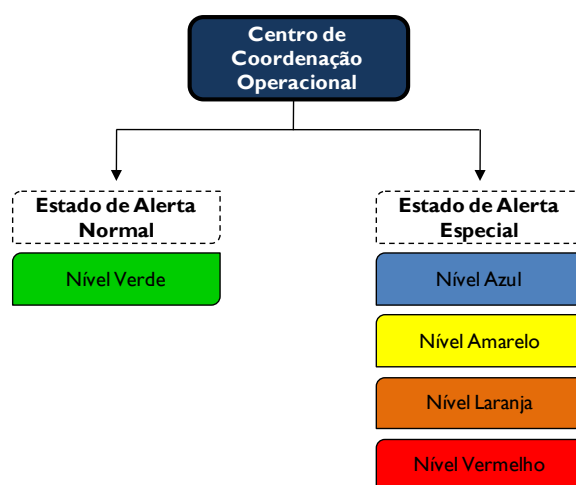


Figura 20 - Estados de Alerta do SIOPS.

No Estado Normal, que inclui o nível Verde, as actividades desenvolvidas pelo SIOPS são de rotina e de monitorização da situação, a nível local, municipal, distrital e nacional, em matéria de riscos e vulnerabilidades que possam afectar a segurança das pessoas, património e ambiente.

No Estado de Alerta Especial, as actividades desenvolvidas pelo SIOPS são de reforço da monitorização da situação, de intensificação das acções preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação dos sinistros, colocando meios humanos e materiais de prevenção em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência, e inclui os níveis Azul, Amarelo, Laranja e Vermelho, progressivos, em conformidade com a matriz de risco associada (grau de gravidade e probabilidade) e com os graus de prontidão e mobilização que a situação exige.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências, enquanto o grau de probabilidade é tipificado através da relação de probabilidade/frequência de consequências negativas das ocorrências. A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflectem, na generalidade, o grau típico de risco, traduzido na matriz de risco.

Sempre que recebida ou detectada informação de protecção civil pertinente no GPC, esta deve ser divulgada, com a celeridade requerida para cada caso, essencialmente via e-mail, fax e através de notas à imprensa para os órgãos de comunicação social, em sistema redundante para garantia da fiabilidade da comunicação, em caso de falha de uma das vias.

O aviso das populações será efectuado mediante duas situações:

- **Pré-emergência** - mecanismos de informação e formação, com vista à sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades.
- **Emergência** - em consequência da extensão e gravidade da ocorrência gravosa. Neste caso, as comunidades locais devem ser informadas sobre as zonas potencialmente afectadas, os itinerários de evacuação, os locais de abrigo onde se devem dirigir e o que devem levar consigo e medidas acrescidas de autoprotecção.

O GPC em situação de emergência poderá recorrer, a diversos sistemas de aviso da população - telefones, telemóveis, Internet, sirenes, viaturas com megafones, estação de rádio local, órgãos de comunicação social, em geral. A decisão do sistema a adoptar deverá estar em consonância com o tipo de ocorrência e extensão da zona afectada, bem como a dimensão e dispersão geográfica da população a avisar.

No caso do sistema de aviso utilizado serem as sirenes instaladas nos Bombeiros Municipais da Lousã e Bombeiros Voluntários de Serpins, o aviso à população deverá ser feito através de toques intermitentes de cinco segundos (durante um minuto). Esta sequência de toques deverá ser repetida por cinco vezes, intervaladas entre si em um minuto.

Neste domínio é fundamental ter em consideração os fluxos e movimentos da população durante os dias úteis e aos fins-de-semana, bem como em períodos de férias escolares, situação que, necessariamente, faz variar quer a localização quer a dimensão da população afectada e que por isso requer aviso.

Todavia, há que ter em atenção os movimentos pendulares da população (casa-trabalho/escola-casa) durante os dias úteis, situação esta que faz variar quer a localização quer a dimensão da população afectada e que por isso também requer aviso. Por esse facto, os sistemas de aviso poderão ter de sofrer ajustes, pelo que será de salutar a existência de diferentes procedimentos de aviso, para diferentes períodos do dia e da semana.

Dado que o aviso à população é uma acção crucial para minorar o número de vítimas, e que é difícil que qualquer dos meios seleccionados, *per se*, abranjam toda a população potencialmente afectada, está prevista a redundância de meios de aviso.

Esta secção de avisos e alertas à população encontra-se mais desenvolvida na Parte III – Áreas de Intervenção, no ponto 4 de Gestão da Informação.